informações

Portugal: a parte do trabalho no rendimento nacional

O Instituto Nacional de Estatística publicou recentemente um estudo da Dr.ª Julieta Pilar, intitulado *A distribuição funcional dos rendimentos* (n.º 44 da colecção «Estudos»). De acordo com os cálculos efectuados pela autora, as remunerações do trabalho terão representado *44,7* % do rendimento nacional em 1965, *44,7* % em 1966, *44,8* % em 1967, *44,4* % em 1968, *45,3* % em 1969 e *47,6* % em 1970, não incluindo naquelas remunerações as contribuições patronais para a Previdência Social. Segundo estudos dos Drs. João Cruzeiro e Alexandre Borrego e da Dr.ª Odete Esteves de Carvalho, publicados em *Análise Social*, a parte do trabalho no rendimento nacional teria sido, em 1960/61 e 1963/64, de, respectivamente, *43,8* % e *43,0* %. Deste modo, parece desenhar-se, nos últimos anos, um lento movimento de subida na participação dos trabalhadores no rendimento global do país. No entanto, a comparação com outros países europeus conduz, para 1969, aos resultados seguintes: Reino-Unido, *74,2* %; Estados-Unidos, *69,5* %; Alemanha Ocidental, *56,8* %; Bélgica, *54,8* %; Espanha, *50,8* %; França, *48,8* %; Portugal, *45,3* %. Por outro lado, a pesquisa realizada pela Dr.ª Julieta Pilar indica que a elevação da parte do trabalho *no produto líquido* das actividades económicas se deveu basicamente a uma sensível melhoria ocorrida, em 1969 e 1970, *no sector dos «serviços»*, onde se registaram os seguintes valores: 1965, *49,5* %; 1966, *48,7* %; 1967, *49,8* %; 1968, *49,8* %; 1969, *51,5* % e 1970, *54,5* %. No sector primário (agricultura, pecuária, silvicultura e pesca), a correspondente série de percentagens terá sido: *41,2* % em 1965, *41,6* % em 1966, *40,9* % em 1967, *44,6* % em 1968, *44,5* % em 1969 e *42,6* % em 1970. Concomitantemente, na indústria (extractiva, transformadora e construção), a participação dos rendimentos do trabalho no produto líquido terá acusado a evolução seguinte: *41,4* % em 1965, *41,4* % em 1966, *41,3* % em 1967, *38,2* % em 1968, *39,0* % em 1969 e *42,5* % em 1970.

O retorno dos emigrantes: um mito?

A revista francesa *Sociologie du Travail* publicou recentemente um volume consagrado aos «trabalhadores imigrados» (n.º 3-72, Juil-Sept. 1972), que contém cinco estudos baseados em inquéritos. Comentando, no «avant-propos» do volume, os dois primeiros desses textos (subscritos por Miriana Morokvasic e Nermin Abadan), Bernard Mottez faz notar o seguinte: «Sobre a antiga política (de emigração), fundada mais ou menos explicitamente sobre o princípio de uma imigração de povoamento, elaborou-se, sancionada por acordos (internacionais), uma doutrina da imigração temporária. Esta concepção está inteiramente conforme com as ideias correntes àcerca da cooperação entre as nações e da ajuda aos países em vias de desenvolvimento. Estes últimos, diz-se, enviam a sua mão-de-obra adquirir uma formação nos países industrializados; essa mão-de-obra, uma vez retornada aos seus países de origem, contribui para o surto da indústria nacional. Miriana Morokvasic, tomando o caso da imigração jugoslava, e Nermin Abadan, tomando o da imigração turca — ou seja, dois países diferentes quanto ao nível de industrialização e quanto ao regime social e político —, desmontam esse mito. Mas o mito, se mito existe, é eficaz. Ambos aqueles autores mostram, efectivamente, que é graças à ilusão do retorno, com vista ao qual se sacrificam e acumulam, que os imigrantes temporários podem, no país que os recebe, *instalar-se indefinidamente e deliberadamente na marginalidade*».

Um artigo de Dominique Lahalle,

incluído no referido volume de *Sociologie du Travail,* contém dados sobre os portugueses que trabalham numa grande empresa de construção mecânica, com numerosos estabelecimentos repartidos pela região de Paris e por outras zonas da França e cujo pessoal operário é constituído em 30 % por estrangeiros (na região de Paris, 60 %). Interrogados sobre as razões da sua ida para França, nenhum dos portugueses dessa empresa indicou como motivo o desemprego em Portugal (contra por exemplo 71 % dos argelinos e 58 % dos marroquinos); 40 % apontaram o objectivo de «fazer economias» e 46 % o de «enviar dinheiro à família» ou seja: propósitos de «acumular»; apenas 26 % referiram o intuito de «aprender uma profissão». Um terço, contra por exemplo apenas 12 % dos espanhois, declarou acumular outro trabalho com o exercício na empresa. Tão vincadas motivações de «acumulação» poderiam ser interpretadas como indicadoras de um projecto de retornar a Portugal.

Ora, aquando da sua chegada à França, *60 %* dos portugueses inquiridos contavam ficar neste país pelo menos três anos, mas sòmente *22 % para sempre.* Porém, no momento da realização do inquérito, a percentagem dos que se afirmavam dispostos a instalar-se definitivamente em França *tinha-se já elevado para 46 %,* contra por exemplo 37 % dos africanos, 35 % dos espanhois e 33 % dos jugoslavos. Este último resultado, se bem que não generalizável a todos os imigrados portugueses em França, é abonatório, também para estes, da hipótese de o seu projecto de retorno ser em larga medida «um mito». De resto, o mesmo inquérito sugere que — quer pela sua dimensão, quer por já não ser recente, quer pela sua própria constituição como grupo marginalizado e, por isso mesmo, assaz coeso — a colónia dos imigrados portugueses constitui, em França, «uma rede de informação e acolhimento» com grande capacidade integrativa de novos imigrantes. Proporciona-lhes, por via de regra, condições para que «não se encontrem isolados e abandonados» e para que possam conseguir alojamento e emprego. Imigrantes de outras nacionalidades, nomeadamente os tunisinos e os jugoslavos, defrontam-se, neste aspecto, com dificuldades muito maiores, segundo o que se pode supor através do inquérito.

França: a recente reforma da política imigratória, sinónimo de progresso social?

Os estrangeiros que procuram trabalho em França vão beneficiar de melhores protecções sociais. O novo processo de concessão de cartas de permanência e de trabalho que o Governo francês acaba de pôr em prática pode considerar-se, sob certos aspectos, um progresso social.

A necessidade de melhorar a situação dos trabalhadores estrangeiros, há já algum tempo vem preocupando uma parcela importante da opinião pública francesa, especialmente aquela que não se identifica com os grandes interesses do patronato. Por exemplo, a C. F. D. T. e a C. G. T. cuja atitude face aos trabalhadores estrangeiros não tem sido muito clara, levaram a efeito, em Fevereiro de 1972, uma semana de acção em favor destes: nas suas plataformas reivindicativas, os problemas do contrato de trabalho e do alojamento ocupavam lugar de destaque. Mais na linha dos interesses do patronato do que pròpriamente na das preocupações assinaladas, aquela necessidade já havia ido claramente afirmada em 1971 pelo governo de Chaban-Delmas, quando este anunciou uma série de medidas cujo objectivo principal era (e continua a ser) facilitar a passagem de um tipo de emigração demogràficamente desordenada, econòmicamente com significado mais reduzido uma vez que a França terá resolvido, pelo menos em parte, os seus problemas em matéria de mão-de-obra não qualificada, e politicamente crescentemente perturbadora, a um tipo de imigração que, dados os seus condicionalismos de base, mormente o seu carácter selectivo, implica a reestruturação de toda a máquina administrativa regularizadora do fenómeno.

No seguimento das promessas feitas e depois de realizar acordos bilaterais com vários países, entre os quais Portugal, a partir de 15/9/72 e de 16/10/72 novas formas de imigração foram postas em prática em França. Com efeito, uma cir-

cular veio fixar a regulamentação da concessão de cartas de permanência e de trabalho a trabalhadores estrangeiros (com excepção dos argelinos) que solicitem a regularização da sua situação ou a renovação das cartas que já possuiam. Em resumo, são as seguintes as principais modificações introduzidas:

a) a primeira, aplicável a partir de 15/9/72, diz respeito à informação que todos os empregados devem fornecer à Agência Nacional de Emprego. A partir de 16/10/72, os serviços que concedem as cartas passaram a exigir que o empregador antes de contratar um imigrado tenha dado notícia, àquela Agência, de uma oferta de emprego pelo menos três semanas antes (o que justifica a referência a 15/9/72 para aplicação desta medida). Note-se que a obrigação de notificar a Agência àcerca de todas as ofertas de emprego dá prioridade de contrato tanto aos desempregados franceses como estrangeiros.

b) a segunda medida consiste em recusar, a partir de 16/10/72, todos os pedidos de regularização de imigrados que não apresentem contratos de trabalho com a duração mínima de um ano. Até há pouco tempo, um estrangeiro, para obter a desejada regularização apenas era obrigado a mostrar uma simples promessa de contrato que a maior parte das vezes mais não era do que um texto de complacência sem qualquer responsabilidade para o empregador.

c) uma terceira inovação tem por objectivo declarado reduzir os «bidonvilles». A partir de 16/10/72 o estrangeiro que reclamar uma carta de permanência deverá provar, sob a responsabilidade do empregador, que está decentemente alojado. Esta justificação não será exigida aos imigrados que peçam a simples renovação das suas cartas. Para os novos imigrados o empregador deverá enviar um atestado de alojamento que será considerado parte integrante do contrato de trabalho. O pedido de carta de permanência poderá ser rejeitado se o alojamento indicado for classificado insalubre. Em princípio, este novo tipo de responsabilidade atribuída ao empregador visa acabar com determinadas práticas anti-sociais de «accueil». No entanto, será necessário que os serviços de inspecção do trabalho e das perfeituras tenham meios suficientes para verificar a exactidão e o posterior cumprimento das declarações feitas. É que é prática corrente desde já o sistema do chamado «logement-tiroir» que consiste em inicialmente (até à obtenção da carta de permanência) alojar em condições decentes os novos imigrados para, em seguida, os «realojar» em «bidonvilles», «foyers», etc.

d) um último ponto importante diz respeito à «simplificação» das «démarches» necessárias para legalizar a situação de cada imigrante, A partir de agora, cada trabalhador estrangeiro não terá que se dirigir senão a um só serviço (e aí estaria a vantagem). Simplesmente esse serviço é a prefeitura da polícia para a cidade de Paris, e o comissariado da polícia ou, na sua falta, a «mairie» para as outras cidades,

No seu conjunto, estas medidas podem, de certa maneira, ter efeitos inversos aos desejados, dado que podem criar dificuldades a numerosos imigrantes. Com efeito, por exemplo, os milhares de portugueses e de africanos que entraram clandestinamente em França e actualmente vivem nos «bidonvilles», neles continuarão se, muito ràpidamente, não forem tomadas medidas para levar a cabo o seu realojamento. Por outro lado, as novas formas de imigração arriscam-se a serem desviadas dos seus objectivos sociais se os responsáveis pela economia do país encarregados de as aplicar se esforçarem mais em travar pura e simplesmente a imigração do que em canalizá-la. E, para além disso, é preciso não esquecer que a França e o seu projecto de crescimento económico são grandemente subsidiários da mão-de-obra estrangeira: os franceses há muito que vêm renunciando aos trabalhos manuais e aos postos de O. S. («ouvrier specialisé») enquanto o patronato francês, anquilosado de longa data por processos de produção ultrapassados, declara que esta categoria de trabalhadores é indispensável à actividade das empresas. Sem dúvida que um contrôle rigoroso da imigração poderia ter como efeito incitar o patronato a melhorar a produtividade das suas empresas. Mas, uma política social não pode apoiar-se em meras considerações de esperança de melhorias de produtivídade, principalmente quando o peso dos nascimentos de pai e mãe

estrangeiros representam a sétima parte dos nascimentos totais do país: 170 000 em 850 000.

Ao fim e ao cabo, a França que a exemplo da Suíça, da Alemanha e da Grã-Bretanha acaba de tomar conhecimento de facto de uma «fronteira de tolerância» na proporção entre nacionais e estrangeiros, não deve nem pode deixar de reflectir sèriamente nos perigos de uma imigração demasiado controlada.

F. A. O.: a alimentação no mundo

De acordo com o último relatório da F.A.O. (1972), o número de indivíduos que em 1971 sofriam de subnutrição no mundo estaria compreendido entre 300 e 500 milhões, ou seja: tantos quantos quinze anos antes. Diminuiu, todavia, a percentagem da população mundial em estado de subnutrição, visto que entretanto o número de habitantes do globo aumentou.

A situação continua a apresentar-se com aspectos de grande gravidade, prevendo-se o recrudescimento de situações de fome generalizada em diversos países, nomeadamente na Índia, em consequência do fraco crescimento da produção agrícola, que nos países pobres apenas subiu de 2 % em 1971, quando o objectivo previsto era de 4 %. Na América Latina, o aumento foi de sòmente 1 %, em resultado de condições meteorológicas particularmente desfavoráveis. Dum modo geral, a «revolução verde», que deveria ter resultado da adopção de novas culturas e tecnologias, não se tem verificado na escala esperada, continuando embargada por factores estruturais — de ordem económica, social e política — que não se têm alterado na medida necessária.

O relatório da F.A.O. indica que a taxa de crescimento da produção alimentar é inferior à do crescimento demográfico no Extremo-Oriente. No Médio-Oriente, apesar de a produção agrícola ter progredido de 3 %, a dos produtos alimentares apenas se elevou de 2 %, o que teve por efeito que a alimentação disponível «per capita» diminuiu. Em quinze países africanos, o rendimento agrícola «per capita» foi inferior, em 1971, ao da média dos anos 1961-1965.

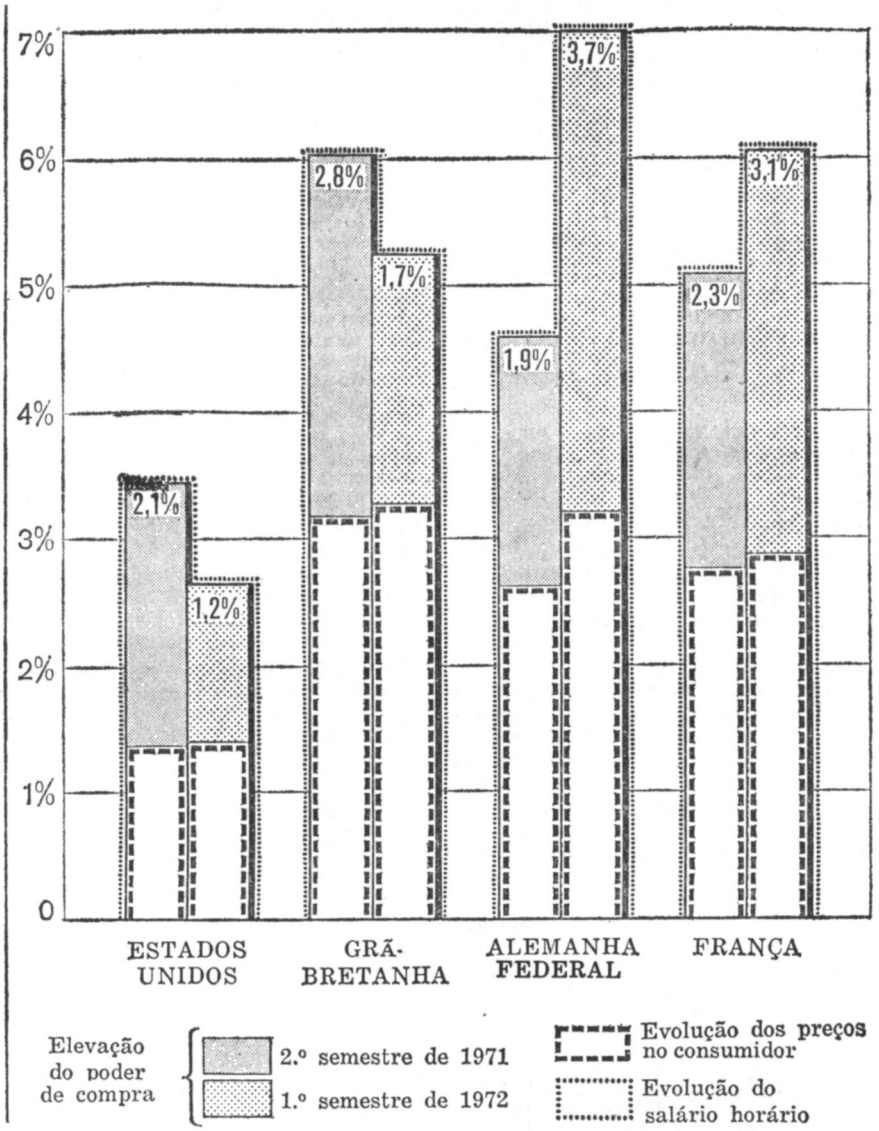
Países em vias de desenvolvimento: a ameaça das empresas multinacionais

O Secretariado da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (C.N.U.C.E.D.) convida, num relatório recente, os países em vias de desenvolvimento a criarem agrupamentos regionais, ou eventualmente mundiais, com a finalidade de protegerem os seus interesses ameaçados pelo poderio das grandes empresas multinacionais que procuram instalar-se nos seus territórios. Segundo esse relatório, os países mais pequenos e mais pobres devem reunir-se, para definir conjuntamente as condições em que poderão autorizar as referidas empresas a estabelecerem-se nos respectivos territórios. O principal inconveniente das empresas multinacionais consistiria, de acordo com o relatório, no facto de a política por elas seguida não ser determinada pelas necessidades de emprego ou da balança de pagamentos dos países onde desenvolvem as suas actividades.

Poder de compra: aumento mais lento nos países anglo-saxónicos

A infiltração verificada na generalidade dos países ocidentais industrializados não tem em todos eles o mesmo efeito sobre o poder de compra dos assalariados. O gráfico junto ilustra esta afirmação.

No período de um ano (2.º semestre de 1971 e 1.º semestre de 1972), o poder-de-compra dos assalariados franceses e alemães sofreu um sensível incremento (respectivamente de 5,5 % e de 5,6 %), verificando-se, mesmo, de um semestre para o outro, uma melhoria no ritmo de subida do nível de vida, por efeito de, nos dois países referidos, o aumento dos salários, relativamente ao dos preços, ter sido mais rápido no segundo semestre do que no primeiro. Nos países anglo-saxónicos, pelo contrário, observou-se, no decurso do 1.º semestre de 1972, um nítido abrandamento do ritmo de subida do poder de compra: 1,2 % e 1,7 % respectivamente para os E. U. e para a Grã-



-Bretanha, contra 2,1 % e 2,8 %, no decurso do 2.º semestre de 1971. A comparação do caso alemão e do caso britânico é particularmente interessante. Com uma idêntica alta de preços, os dois países experimentaram no entanto, desde o início do ano corrente, um muito diferente aumento de salários, o qual foi mais elevado para os alemães. Isto pode ser em parte explicado pela situação dos respectivos mercados de trabalho: desemprego elevado na Grã-Bretanha e fraco na República Federal Alemã.

A moderação da subida das remunerações americanas é por sua vez originada pela aplicação, desde 15 de Novembro de 1971, da segunda fase do chamado «plano Nixon», que limita a 5,5 % *por ano* a alta dos salários a incluir nas convenções colectivas: apenas as empresas com menos de 60 empregados escapam — desde o dia 1 de Maio — a esta medida.

Estados Unidos: 25.ª assembleia da Associação Nacional de Estudantes

A 25.ª assembleia da Associação Nacional de Estudantes dos Estados Unidos realizou-se no mês de Agosto, em Washington, depois de uma semana de discussões e de reflexões realizadas num clima de calma que contrastou com o dos anos precedentes, marcado por divergências políticas profundas. Participaram na assembleia cerca de 570 estudantes, representando 200 instituições de ensino superior. O novo presidente eleito, Tim Higgins, tomou a decisão de interromper por um ano os seus estudos, de modo a poder consagrar-se inteiramente às actividades da U. S. N. S. A. Ele procurará promover a realização de um programa de cinco anos que terá como objectivo criar em todas as cidades universitárias uma infraestrutura de «serviços» para utilização dos estudantes (habitações, restaurantes, trabalho temporário, etc.).

Argentina: novas universidades

O governo argentino reconheceu oficialmente e a título definitivo a Universidade de Moron (nos arredores de Buenos Aires). Esta Universidade privada foi fundada em 1960 e tem actualmente uma frequência de 4300 estudantes. Foi igualmente anunciado, em meados de Agosto, que o presidente da Argentina assinaria, dentro em breve, um decreto criando três novas Universidades nacionais em Catamarca, Lujan e Lomas de Zamara. Uma Universidade nacional será também instalada, dentro de alguns meses, no centro do país, em La Pampa, assim como outros centros universitários no nordeste da província de Buenos Aires.

India: analfabetismo e explosão demográfica

Segundo as estatísticas publicadas pelo governo da União Indiana, continua a aumentar naquele país o número de analfabetos, apesar dos esforços crescentes desenvolvidos pelas autoridades no sector da instrução. É um facto que a percentagem de alfabetizados passou de 16 % em 1951, para 29 % em 1971, mas, em contraposição, o número de analfabetos subiu de 88 milhões. A razão deste aumento encontra-se na explosão demográfica. A política praticada pelo governo para lutar contra o analfabetismo — abertura de 400 mil escolas primárias para receber 69 milhões de alunos — parece, assim, anulada pelo crescimento rapidíssimo da população.

União Soviética: colocações para os recém-diplomados

A falta de empregos, a dificuldade em encontrar colocação para os diplomados, verifica-se tanto nos países da Europa Oriental como nos da Europa Ocidental. Na U.R.S.S., a repartição da Comissão Central do Komsomol pôs em vigor, no dia 4 de Agosto do ano corrente, uma resolução que vem aumentar a responsabilidade dos órgãos do Komsomol encarregados de encontrar colocações para os diplomados do ensino secundário. A Comissão Central deu instruções a todos os órgãos do Komsomol no sentido de porem em prática «meios concretos e eficazes» que assegurem trabalho aos diplomados de escolas secundárias que não prossigam os seus estudos. A referida Comissão Central lançou simultâneamente um apelo aos jovens que terminam a instrução secundária, incitando-os a irem trabalhar para fábricas ou nos empreendimentos agrícolas.

Polónia: Instituto de investigação consagrado aos problemas da juventude

O governo polaco publicou recentemente um decreto que cria três novos institutos de investigação, um dos quais dedicado aos problemas da juventude. Esse «Instituto de Investigação sobre os Problemas da Juventude» estudará, segundo o referido decreto, um programa educa-

tivo completo, tendo em consideração a influência da escola, da família e do meio social no comportamento e no modo de vida dos jovens. Esse programa conceberá o ensino dos jovens em função dos seus aspectos psicológicos, físicos e sociológicos.

Instituto Internacional de Filosofia, de Paris

Fundado em 1937 por León Robin, francês, e Ake Petzäll, sueco, o Instituto Internacional de Filosofia, com sede em Paris, é actualmente presidido por Alfred Ayer, professor de Oxford, e tem como secretário geral Georges Canguilhem, um notável historiador-epistemólogo da Ciência. O Instituto desempenha duas funções essenciais: a de assegurar uma larga colaboração entre filósofos de todos os países e a de proporcionar serviços de documentação e ocasiões de encontro a nível internacional (congressos, colóquios, etc.). Financiado pela UNESCO, no que respeita às suas actividades fora da França, e pelo Governo francês quanto às suas actividades neste país, o Instituto tem efectivamente permitido o diálogo entre filósofos do Ocidente, do Leste e do Terceiro-Mundo, destacando-se neste domínio a publicação de diversas obras colectivas contendo colaborações de especialistas dessas três zonas do mundo. Após a edição, há alguns anos, de «La Philosophie au Milieu du Siècle (1948-1955)», em três volumes, o I. I. F. publicou recentemente «La Philosophie Contemporaine (1956-1967)», em quatro tomos, dos quais o primeiro sobre «a lógica e os fundamentos das matemáticas», o segundo sobre «a filosofia das ciências», o terceiro sobre «a metafísica, a fenomenologia, a linguagem e a estrutura» e o quarto sobre «a ética, a estética, o direito, a religião, a política e o marxismo» (ed. La Nuova Italia, Florença, distrib. Vrin, Paris). O Instituto edita regularmente uma «Bibliographie de la Philosophie» (trimestral, ed. Vrin, Paris).

Portugueses no Auvergne: integração definitiva na sociedade francesa?

Cerca de 28 000 portugueses vivem nos arredores de Clermont-Ferrand, capital do Auvergne. O desenvolvimento industrial daquela cidade, centrado nas fábricas Michelin, tendo atraído grande parte dos trabalhadores franceses que anteriormente se ocupavam na agricultura da região, ocasionou, no após-Guerra, o despovoamento progressivo de numerosas localidades de uma larga área circundante. A melhoria dos meios de transporte, a partir da década de 1950/60, tornou porém possível um movimento de retorno de um número considerável de famílias às zonas que haviam sido desertadas. Quando os imigrantes portugueses, depois de 1960, começaram a afluir à região, tomando empregos na Michelin e na construção civil, integraram-se nesse movimento, mas de um modo diferente do dos franceses. Enquanto estes últimos se instalavam, ou já se encontravam instalados, em edificações recentes, construídas ao redor das antigas vilas e aldeias, os portugueses foram alojar-se principalmente nas velhas casas desabitadas, no próprio centro dessas povoações, procedendo em muitos casos ao seu restauro.

Puderam assim encontrar em França um ambiente muito similar àquele de onde haviam saído em Portugal e reanimar localmente com a sua presença, uma estrutura socio-económica tradicional que parecia condenada a desaparecer em breve prazo. Embora representem, em certas povoações, sensivelmente mais do que os 20 % de estrangeiros que se têm considerado como sendo o máximo para além do qual se torna altamente provável a eclosão de conflitos raciais, a circunstância de haverem trazido às localidades onde habitam um factor inesperado de reanimação social contribui seguramente para explicar que, na região, as relações entre as populações francesa e portuguesa decorram sem dificuldades assinaláveis. Em algumas escolas, 80 % dos alunos são filhos de portugueses. Por outro lado, começam a esboçar-se laços de casamento entre famílias de ambas as nacionalidades. Deste modo, sem deixarem de, frequentemente, passar as férias no seu país de origem, os portugueses da área de Clermont-Ferrand afiguram-se destinados, na sua grande maioria, a integrar-se definitivamente (os mais jovens), ou pelo menos até ao termo da sua vida activa (os mais velhos), na sociedade francesa.

Europa industrial: contradições da emigração

Em 1971, viviam na Alemanha Ocidental cerca de 3,4 milhões de estrangeiros, o que significava que, em cada 18 habitantes do país, um era estrangeiro. Entre eles figuravam 2,3 milhões de trabalhadores (designados por «trabalhadores convidados»). Em França, na mesma data, o número de trabalhadores não-nacionais seria de 1,5 milhões aproximadamente. Tudo indica que, para as indústrias destes e doutros países da Europa industrial, a presença de elevados contingentes de trabalhadores imigrados se tornou num factor indispensável, e portanto *estrutural,* do seu crescimento, não se podendo portanto continuar a atribuir-lhe o carácter «provisório», ou meramente conjuntural, de que se tem procurado revesti-la. Mas ao mesmo tempo que os aparelhos de produção necessitam dessa mão-de-obra e continuam a atraí-la em número crescente, nas correspondentes estruturas sociais têm vindo a desenhar-se, desde há algum tempo, fenómenos de *reacção negativa* à acentuação do movimento imigratório. Uma das primeiras manifestações públicas de tais reacções foi a apresentação no parlamento suíço, há cerca de dois anos, de um projecto de lei visando limitar a 10 % da população helvética o número total dos imigrados. A sua mais recente expressão foram os graves incidentes raciais ocorridos, na primeira quinzena de Agosto, em Roterdão e noutras cidades dos Países-Baixos, contra trabalhadores de várias nacionalidades, designadamente italianos e turcos. Tais incidentes afiguraram-se especialmente significativos aos observadores, por se verificarem precisamente num país cuja tradicional tolerância e hospitalidade é geralmente reconhecida e que abriga, desde há muito, uma importante população de cor, em consequência de haver possuído um vasto império colonial. A contradição entre as crescentes necessidades em mão-de-obra dos aparelhos produtivos de certos países e as reacções xenófobas de amplos sectores das respectivas populações pode, assim, vir a constituir um dos aspectos mais relevantes dos actuais fenómenos migratórios na Europa.

Portugal: nova estrutura governamental da educação nacional

De acordo com despacho do Presidente do Conselho publicado no *Diário do Governo,* I Série, de 29.VIII.72, as duas novas Secretarias de Estado criadas no Ministério da Educação Nacional compreendem os serviços seguintes:

— *Secretaria de Estado de Instrução e Cultura* — D.-G. do Ensino Básico, D.-G. do Ensino Secundário, D.-G. da Administração Escolar, D.-G. do Ensino Superior, D.-G. dos Assuntos Culturais, Inspecção-Geral do Ensino Particular e Instituto de Alta Cultura (fomento cultural);

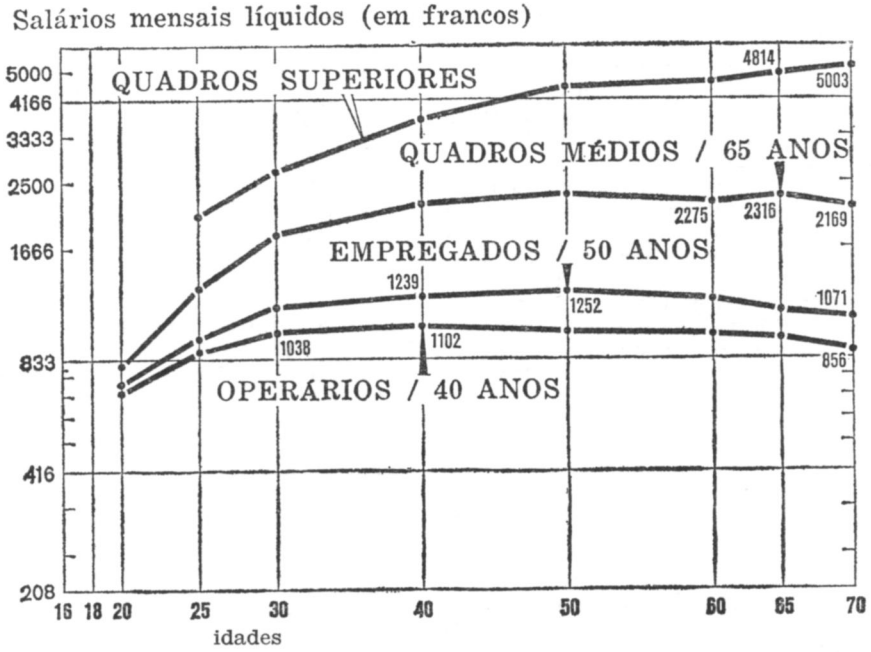
— *Secretaria de Estado da Juventude e Desportos* — Secretariado para a Juventude, D.-G. da Educação Física e Desportos e Instituto de Acção Social Escolar.

Ficaram reservados ao Ministro da Educação Nacional a definição da política geral do Ministério, a superintendência na reforma do ensino, a gestão dos serviços não compreendidos nas Secretarias de Estado e o exercício da competência não atribuida aos Secretários de Estado. Esta última «respeita ao expediente normal dos respectivos serviços, incluindo os assuntos escolares de natureza pedagógica, administrativa e disciplinar dos estabelecimentos de ensino deles dependentes e os assuntos de natureza cultural, circum-escolar e de acção social ligados ao funcionamento dos organismos deles incumbidos». Poderá, porém, o Ministro, não só «avocar, sempre que o julgue conveniente, casos pendentes da competência dos Secretários de Estado, que passarão, a partir da avocação, a depender exclusivamente de despacho seu,» como também «delegar nos Secretários de Estado poderes da sua competência», relativamente à gestão dos serviços não compreendidos nas Secretarias de Estado ou à resolução de assuntos não abrangidos na «competência própria» dos Secretários de Estado acima definida.

França: a evolução das remunerações ao longo da vida activa

Embora não existam em França, como também não, aliás, na generalidade dos países, estatísticas que permitam determinar as carreiras profissionais em termos de remunerações auferidas nas sucessivas idades pelas quais os indivíduos vão passando, o I.N.S.E.E. de Paris publica anualmente um quadro das remunerações líquidas médias recebidas em França, em determinado ano, pelas pessoas pertencentes a determinadas categorias profissionais, segundo as respectivas idades.

O gráfico junto refere-se ao ano de 1969, o mais recente para o qual se dispõe daqueles dados, e mostra que — enquanto por volta dos 20 anos as referidas remunerações médias se situam em níveis bastante próximos para os operários, para os empregados e mesmo para os quadros médios — se verifica depois um acentuado distanciamento destes últimos, que ràpidamente atingem níveis de rédito muito superiores aos

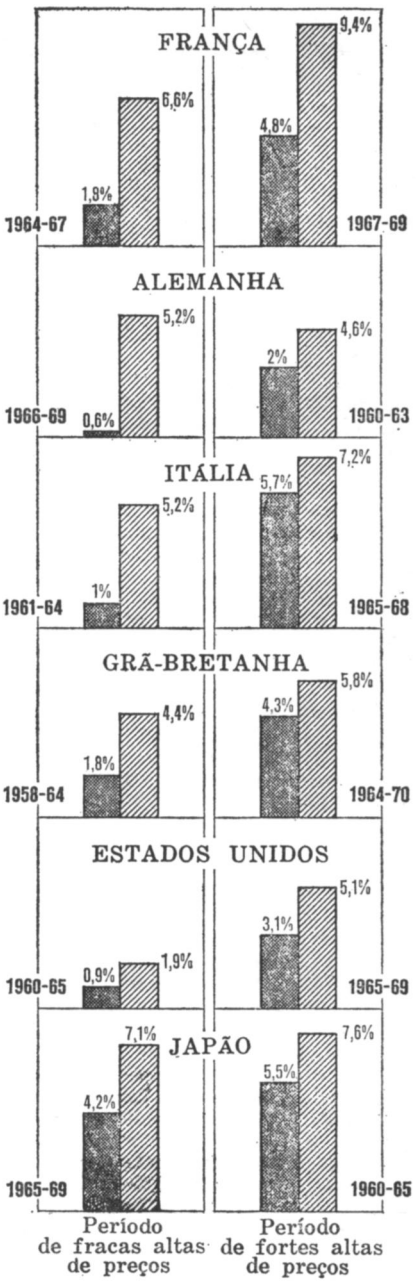


das duas outras categorias. Para os operários, as melhores idades, quanto a salário, situam-se ao redor dos 40 anos, a partir dos quais as suas remunerações declinam lentamente até aos 60 anos e mais ràpidamente na década final da vida activa. Para os empregados, é por volta dos 50 anos que se regista a mais alta remuneração média e simultâneamente a maior diferença em relação aos salários médios dos operários; depois dessa idade, as suas retribuições acusam um decréscimo, mas este só se torna bastante nítido entre os 60 e os 65 anos. Quanto aos quadros médios, os dados sugerem que entre os 50 e os 65 anos, o nível de remuneração atingido (a partir de uma subida anteriormente incessante) se mantem em geral intacto, embora algumas categorias acusem descidas entre os 50 e os 60 anos; depois dos 65 anos, nota-se um decréscimo sensível. Finalmente, os quadros superiores vêem as suas retribuições médias elevar-se ao longo de toda a sua vida activa, e é precisamente na idade da reforma que é maior o seu distanciamento em relação a todas as outras categorias, no que se refere a remunerações.

Os preços dos serviços sobem mais que os dos produtos

Segundo um estudo efectuado pela O.C.D.E. (in *Perspectives Economiques de l'O.C.D.E.*, n.º 11, Julho 1972), os preços dos serviços sobem mais depressa que os dos produtos, qualquer que seja o país considerado e quer nos períodos de forte alta geral dos preços, quer nos períodos em que a subida geral dos preços é fraca. No gráfico junto, pode verificar-se este fenómeno, no que respeita à França, Alemanha Ocidental, Itália, Reino-Unido, Estados-Unidos e Japão. Os autores do referido estudo explicam-no, muito simplesmente, pelo facto de os acréscimos de produtividade serem evidentemente mais lentos nas actividades prestadoras de serviços do que nas indústrias de produção, onde o investimento crescente dá origem a progressos tecnológicos consideráveis. Todavia, não parece de excluir a hipótese de, uma vez que a compra de serviços adquire uma importância cada vez maior para os consumidores, em virtude da própria elevação dos níveis de vida e da transformação geral dos padrões de comportamento e das necessidades individuais e familiares, a alta mais rápida dos preços de determinados serviços ser ocasionada também, e por vezes talvez principalmente, pela circunstância de a oferta desses serviços no mercado (por exemplo: a oferta de serviços médicos) crescer com relativa lentidão e ser mesmo objecto, em certos casos, de práticas restritivas.

Os peritos da O.C.D.E., fazendo notar que a tendência dos preços dos serviços para subir acentuadamente conduz a uma aceleração do ritmo de elevação do custo da vida, levantam o problema de se os Governos deverão vigiar mais atentamente esse preços, com o risco de lesar os trabalhadores dos respectivos sectores de actividade, ou se deverão antes procurar, mediante alguma forma de redistribuição dos rendimentos, operar transferências em favor desses trabalhadores, de modo a que a elevação do seu nível de vida não tenha incidência excessiva sobre os preços dos serviços. Mas parece que o problema não deve ser colocado em termos de opção por uma ou outra destas alternativas, mas como exigindo uma análise diferenciada consoante a natureza dos diversos serviços, que permita identificar os factores que, para cada um deles, poderão considerar-se determinantes da tendência dos seus preços para elevar-se.



A participação dos estudantes na gestão das Universidades: um simpósio do IIEE

O problema da participação estudantil na gestão das Universidades, que era «explosivo» ainda há alguns anos na generalidade dos países, tende a perder violência. O que era, em muitos casos, o principal objectivo imediato de «revolta» estudantil tende a ser cada vez mais admitido por todos, inclusivamente pelos professores e administradores das Universidades. Hoje, a questão é cada vez menos a da participação ou não participação dos estudantes, para passar a ser a do modo de pôr em prática essa participação.

Para tentar encontrar respostas para este problema, reuniram-se num simpósio organizado pelo IIEE (Instituto Internacional de Estudos sobre Educação), nos dias 9 e 10 de Junho último, em Bruxelas, cerca de quarenta personalidades do mundo académico (professores, reitores, administradores de Universidades, dirigentes estudantis, etc.), provenientes de vinte países da Europa, da América Latina e da África. O objectivo principal era analisar a situação da «participação» na Europa e examinar algumas experiências que poderiam corresponder às necessidades dos países «em vias de desenvolvimento», mas ràpidamente se constatou que alguns desses países em vias de desenvolvimento, nomeadamente da América Latina, estavam, no campo em questão, mais avançados do que as nações europeias. O professor Aurélio Davila Cajas, da Escola Técnica Nacional de Quito (Equador), acentuou que a participação dos estudantes na gestão universitária tinha já firme tradições nalguns países latino-americanos.

A primeira parte do debate foi consagrada ao estudo do conceito, história, problemas e progresso da participação estudantil nas Universidades europeias. A segunda parte foi dedicada às experiências do Terceiro Mundo. Após as análises indicadas, os participantes foram unânimes em afirmar que, nos casos em que os estudantes participaram de facto no processo de decisão, contribuiram para resolver os problemas surgidos no seio das Universidades. Por outro lado, a prática quotidiana da participação permitiu que se revelassem novas possibilidades de comunicação e de diálogo entre os estudantes e as autoridades académicas ou administrativas.

As personalidades presentes na reunião insistiram na necessidade de a participação estudantil não ser apenas «simbólica», mas permitir efectivamente a manifestação e o conhecimento dos pontos de vista dos estudantes.

A reunião considerou ainda que se devia entender por «democracia», no contexto da Universidade, a partilha do poder pelos três grupos principais que a compõem: os estudantes, os professores e o pessoal não-académico. Isto não implicaria, no entanto, que se chegasse à aplicação do processo «um voto por cabeça».

Por outro lado, o simposium do IIEE frisou que, para preservar as funções da Universidade e a qualidade do ensino, será indispensável definir claramente a função que devem desempenhar nos estabelecimentos de ensino superior os estudantes e os diferentes membros da comunidade universitária. Os participantes na reunião de Bruxelas entenderam ainda que nenhum órgão de direcção deveria ser exclusivamente reservado ao corpo docente, porque isso levantaria imediatamente suspeitas junto dos estudantes, fazendo-lhes supôr que nele seriam tomadas decisões secretas e decisivas. Esta «abertura» dos órgãos de direcção não significaria, todavia, que certas tarefas não fossem confiadas mais particularmente aos professores, já que estes se apresentam melhor qualificados para as realizar. A reunião atribuiu unânimemente capital importância ao método de selecção dos representantes estudantis, entendendo que estes deverão ser porta-vozes desinteressados e representativos, não de facções, mas de toda a comunidade estudantil.

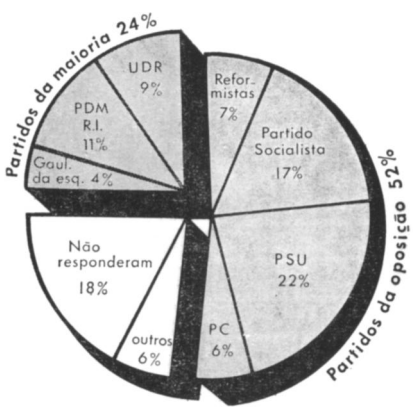
O simposium afirmou ser indispensável não descurar paralelamente à participação dos estudantes, a do pessoal não-académico e a de repreentantes da sociedade em que a Universidade se insere. De resto, em numerosas instituições de ensino superior, o princípio da representação do pessoal não-académico é já praticado, fazendo também parte dos conselhos universitários personalidades «exteriores», como por exemplo sindicalistas, representantes patronais, etc.

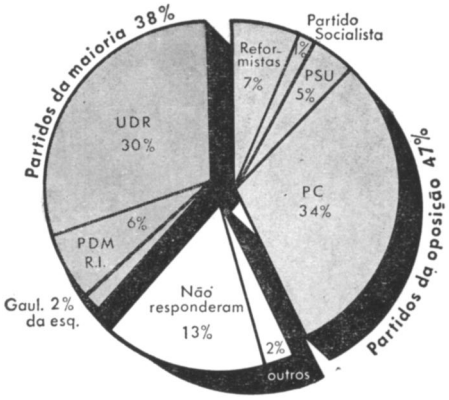
O simposium de Bruxelas pôde, finalmente, constatar que os estudantes participam já nos órgãos de gestão das universidades de diversos países da Europa (Bélgica, França, Alemanha, Países Baixos, Grã-Bretanha), na maioria das Universidades latino-americanas e nas de alguns países da Ásia (Japão, Índia, Filipinas, Ceilão, etc.). Salientou-se, entretanto, que em certos países da América Latina, como o Peru e a Bolívia, a extensão da representação estudantil sofreu nos últimos tempos, por motivos políticos, uma redução de 50 para 30 %.

Atitudes e opiniões dos estudantes franceses

A publicação francesa *Le Point* apresentou no seu primeiro número alguns resultados de um inquérito a uma amostra representativa de 1244 estudantes, encomendado, em Junho de 1972, ao IFOP pelo antigo ministro da educação da França, Oliver Guichard.

Primeira constatação: 31 % dos estudantes declararam querer não apenas transformar a Universidade mas também transformar radicalmente a sociedade. Ora, em Setembro de 1968, na euforia de «depois de Maio», eram apenas 12 % os que tomavam esta posição. Quanto aos que querem apenas «reformar» a Universidade, os seus programas e métodos de ensino, são apenas 36 %, enquanto que em 1968 eram 59 %. Esta forte quebra da percentagem de «reformistas» parece mostrar que a aplicação da chamada «lei Faure» decepcionou grande parte dos estudantes. Muitos dos que acreditavam, em 1968, nas qualidades da reforma Faure, promulgada na sequência dos acontecimentos de Maio, parecem hoje desiludidos. Sòmente 21 % dos estudantes lhe reconhecem ainda al-





guns méritos; 30 % pensam que teve sobretudo consequências negativas e 32 % que não teve qualquer importância, que «não veio alterar nada». Na opinião de alguns estudantes, a sua ineficácia significaria o fracasso do «parlamentarismo universitário».

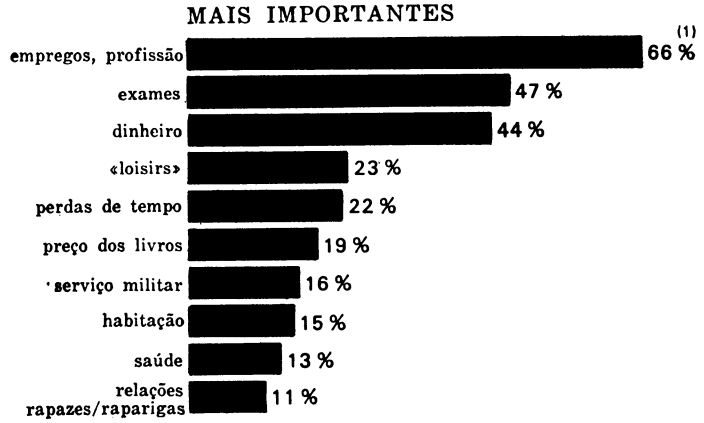
De resto, 57 % pensam que os deputados e o Parlamento não servem para grande coisa, atribuindo valor muito restrito às eleições. E é talvez por isto que 38 % não vêem interesse em baixar a idade de voto para os 18 anos. 48 % pensam que o melhor modo de fazerem ouvir as suas reivindicações é passar à «acção directa». Cerca de 40 % declararam-se favoráveis às ideias «esquerdistas». Tendo-lhes sido pedido para se definirem em relação ao elenco tradicional dos partidos políticos franceses, verificou-se (ver o gráfico) a sua inclinação para aquele que se situa mais perto da ideologia «esquerdista»: o P. S. U., o qual conta quatro vezes mais simpatizantes que o Partido Comunista (6 %).

Quanto à reacção dos estudantes perante o mundo do trabalho e a sociedade, parece ser simultâneamente de atracção e de receio. E esta, de facto, a maior preocupação

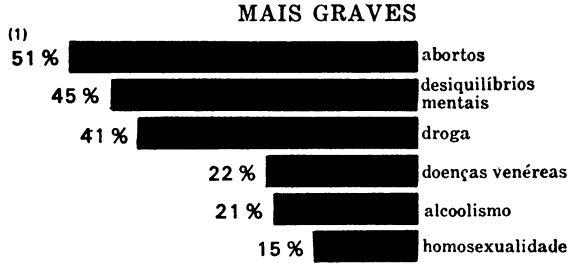
da maioria dos estudantes inquiridos pelo IFOP (70 %). Quase por unanimidade, desejariam que a Universidade os preparasse melhor para a vida. Todavia, não deixam, mesmo assim, de considerar que beneficiam de uma situação privilegiada na sociedade francesa actual (60 %). Os gráficos abaixo mostram a sua posição quanto aos problemas mais graves da colectividade, e quais as suas preocupações pessoais mais importantes.

Quanto ao tipo de sociedade que supõem ser o melhor para a França, as percentagens distribuem-se pelos sistemas referidos de um modo que se afigura de certa maneira contraditório: 5 % escolhem o sistema chinês; 3 % o soviético; 6 % o americano e 42 % o ... francês.

AS PREOCUPAÇÕES PESSOAIS MAIS IMPORTANTES



OS PROBLEMAS COLECTIVOS MAIS GRAVES



Ciências sociais e humanas: algumas reuniões internacionais

Continua-se neste número de *Análise Social* a fornecer indicações sobre algumas das reuniões internacionais dedicadas às ciências sociais e humanas e previstas para fins de 1972, para 1973, 1974, 1975 e 1976. Fornecem-se todos os elementos de que se dispõe, nomeadamente o nome e o endereço dos responsáveis respectivos.

1972

Setembro, 1-8 / HONOLULU

Reunião da Associação Americana de Psicologia.

(Tema: Problemas gerais psicológicos, experimentais, sociais e de desenvolvimento; personalidade; etc.).

T. G. Driscoll Jr., 7109 Masters Drive, Potoniac, Md. 20 854 ou *The American Psychological Associa-*

tion, 1220 17th Street, N, W., Wahington, D. C, 20 036 (Estados Unidos).

Fins de 1972 / PARIS

UNESCO: Colóquio de investigação sobre meios de comuncação.
M. J. Willins. Unesco, Département des moyens d'information, place de Fontenoy, 75 Paris-7° (França).

Fins de 1972 / NOVA DELHI

Unesco/Indian Council of Social Science Research: Conferência asiática sobre o ensino das ciências sociais e investigação.
Indian Council of Social Science Research, Ministry of Education, New Delhi (India).

Outubro (?) / SAINT-LOUIS (MISSURI)

Conferência internacional da Public Personnel Association.
Kenneth O. Warner, 1313 East 60th Street, Chicago, Ill. 60 637 (Estados Unidos).

Outubro / BANGKOK

2.ª Conferência asiática sobre população da Comissão Económica das Nações Unidas para a Ásia e o Extremo Oriente.
ECAFE, Population Division, Sala Santitham, Bangkok (Tailândia).

Outubro / BANGKOK

Comissão Económica das Nações Unidas para a Ásia e o Extremo Oriente: 4th inter-agency meeting on co-ordination of regional programmes in the population field.
ECAFE, Population Division, Sala Santitham, Bangkok (Tailândia).

Outubro, 22-27 / MUNIQUE

Conselho internacional para a organização científica: 16.° Congresso internacional sobre *management*.
Rationalisierungs-Kuratorium der Deutschen Wirtchaft-RKW, Getleutstrasse 163-167, 6000 Frankfurt/Main 9 (República Federal da Alemanha).

Novembro, 16-19 / TORONTO

Reunião anual da Associação Americana de Antropologia.
Executive Director, American Association, 1703 New Avenue, N. W., Washington D. C. 20 009 (Estados Unidos da América).

1973

LIÈGE

Assembleia geral da União Internacional para o Estudo Científico da População.
IUSSP, 2, rue Charles-Magnette, Liège (Bélgica).

1.° semestre / QUEBEQUE

9.° Congresso da Associação Internacional de Ciência Política.
43, rue des Champs-Élysées, Bruxelles 5 (Bélgica).

Abril, 5-9 / LIVERPOOL

Conferência anual da Sociedade Britânica de Psicologia.
General Secretary, British Psychological Society, Tavistock House, Tavistock Square, London W. C. 1 (Grã-Bretanha).

Agosto, 27-30 / NOVA IORQUE

Reunião anual da Associação Americana de Sociologia.
1001 Connecticut Avenue, N. W., Washington, D. C. 20 036 (Estados Unidos da América).

Setembro / VARNA

15.° Congresso mundial da Federação Internacional das Sociedades de Filosofia.
Prof. Leo Gabriel, Universitat Wien, Universitatstrasse 7, 1010 Wien (Áustria).

Setembro, 1-8 / CHICAGO

9.° Congresso internacional da União Internacional das Ciências Antropológicas e Etnológicas.
Prof. Sol Tax, Presidente, University of Chicago, 1126 East 59th Street, Chicago, Ill. 60 637 (Estados Unidos da América).

1974

NOVA IORQUE

3.ª conferência mundial sobre população da Organização das Nações Unidas.

United Nations, Population Division, New York, N, Y. 10 017 (Estados Unidos da América).

Agosto / COPENHAGUE

6.º Congresso da Associação Internacional de História Económica.
Prof. J. F. Bergier, AIHE, École polytechnique Fédérale, Leonhardstrasse 33, 80 006 Zurich (Suíça).

Agosto, 26-29 / MONTRÉAL

Reunião anual da Associação Americana de Sociologia.
1001 Connecticut Avenue, N. W., Washington, D. C. 20 36 (Estados Unidos da América).

1975

Agosto, 25-28 / SAO FRANCISCO

Reunião anual da Associação Americana de Sociologia.
1001 Connecticut Avenue, N. W., Washington, D. C. 20 036 (Estados Unidos da América).
1976

FRANÇA

21.º Congresso internacional da União Internacional de Psicologia Científica.
Prof. Eugène Jacobson, Secretary-General, Department of Psychology, Michigan State University, East Lansing, Mich. (Estados Unidos da América).

Publicações recentes da OCDE

Activités de l'OCDE en 1971 — Relatório do Secretário Geral, 134 p., 8 F.

Études économiques de l'OCDE — — Série 1971-1972: Irlanda, 54 p.; Suécia, 96 p.; Turquia, 56 p.; Estados Unidos, 68 p.; Jugoslávia, 82 p. Preço de cada fascículo, 4 F.

Principaux indicateurs économiques — Maio de 1972, 140 p., 10 F.

SETON, Francis — *Le calcul des salaires de référence dans l'économie chilenne* — Centro de Desenvolvimento, 116 p., 12 F.

RICHARDS, P. J. — *L'emploi et le chômage à Ceylan* — Centro de Desenvolvimento, 232 p., 16 F.

Formation, recrutement et utilisation des enseignants dans l'enseignement primaire et secondaire — — 498 p., 30 F.

Mesure de réforme des structures dans l'agriculture — 322 p., 16 F.

Revue agricole de l'OCDE — número 1, 1972, 34 p., 5 F.

Le marché financier, les mouvements internationaux de capitaux, les restrictions sur les opérations en capital en Suède — 76 p., 15 F.

Statistiques de la population active, 1959-1970 — 400 p., 23 F.

La politique industrielle du Japon — — 216 p., 19 F.

Classification des systèmes d'enseignement: Allemagne, Finlande, Japon — 82 p., 9 F.

Problèmes et perspectives de la recherche fondamentale dans les domaines multi-disciplinaires: Cerveau et comportement — 72 p., 8 F.

Utilization optimum des autobus en zone urbaine — 92 p., 9 F.

Selecção de edições portuguesas

AMADO, Maria Helena Dias — *O «Leasing» nos Direitos Francês e Belga: subsídios para o seu estudo* — INII, Lisboa, 1972, 83 p. copiografadas e 17 p. de anexos.

AMSHEN, Ruth Nanda — *A Família: sua função e destino* — Editora Meridiano, Lisboa, 1972, 570 p.

AUDRY, Colette — *Sartre* — Editorial Estúdios Cor, Lisboa, 1972.

AUERBACH, Charlotte — *A Genética na Era Atómica* — Editorial Estampa, Lisboa, 1972, 128 p.

BACHELARD, Gaston — *Filosofia do Novo Espírito Científico* — Editorial Presença, Lisboa, 1972, 206 p.

BAL, Marcel Bolle de — *A Vida da Empresa* — Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1972, 240 p.

BALASSA, Bela — *Teoria da Integração Económica* — Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1972, 456 p.

BARROS, Henrique de — *A Estrutura Agrária Portuguesa* — Editorial República, Lisboa, 1972, 45 p.

BARROS, Henrique e ESTÁCIO, Fernando — *Economia da Em-*

presa Agrícola — Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1972, 618 p.

BAPTISTA, Mário — *A Contabilidade e a Gestão* — Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1972, 300 p.

BELLAVOINE, C. — *O Que é um Computador?* — Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1972, 112 p.

BEPALLENS, M. Georges — *Financiamento de Empresas: princípios* — Editorial Pórtico, Lisboa, 1972, 113 p.

BETTELHEIM, Charles — *Cálculo Económico e Formas de Propriedade* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1972, 212 p.

BOUCQ, J. C. — *Análise dos Custos de Distribuição* — Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1972, 142 p.

BRAUDEL, Fernand — *História e Ciências Sociais* — Editorial Presença, Lisboa, 1972, 260 p.

BRONOWSKI, J. — *Ciência e Valores Humanos* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1972, 148 p.

BRUNSCHWIG, Henri — *A Partilha da Africa* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1972, 142 p.

CARVALHO, Joaquim Barradas de — *Da História Crónica à História Ciência* — Livros Horizonte, Lisboa, 1972, 138 p.

CINTRA, Luís Lindley — *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa* — Livros Horizonte, Lisboa, 1972.

COHEN, John — *Introdução à Psicologia* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1972, 316 p.

DANINOS, André Morali — *Sociologia das Relações Sexuais* — Publicações Europa-América, Lisboa, 1972, 136 p.

DAUDÉ, B. — *A Empresa e a Investigação* — Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1972, 172.

DUCLAUX, Jacques — *Do Caos ao Homem* — Editorial Delfos, Lisboa, 1972, 300 p.

ELLIOTT, Florence — *Dicionário de Política* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1972, 510 p.

FERNANDES, A. Teixeira — *A Religião na Sociedade Secularizada* — Livraria Civilização Editora, Porto, 1972, 320 p.

GALIMARD, Pierre — *A Criança dos Seis aos Quinze Anos* — Moraes Editores, Lisboa, 1972, 200 p.

GARAUDY, Roger — *A Alternativa: modificar o mundo e a vida* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1972, 276 p.

GARCIA, Enrique Ruiz — *O Livro do Rearmamento* — Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1972, 175 p.

GOLDMAN, Lucien — *Dialéctica e Ciências Humanas* — Editorial Presença, Lisboa, 1972, 2 volumes, 300 p.

GOLDMAN, LEENHARDT, BONHOTE, ELSBERG — *Sociologia da Literatura* — Editorial Estampa, Lisboa, 1972, 278 p.

GURVITCH, Georges — *Proudhon e Marx* — Editorial Presença, Lisboa, 1972 260 p.

JANNE, Henry — *O Tempo da Mudança* — Editorial Estúdios Cor, Lisboa, 1972, 248 p.

KAMARCK, Andrew M. — *A Economia da Africa* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 430 p.

LAING, R. D. — *A Psiquiatria em Questão* — Editorial Presença, Lisboa, 1972, 176 p.

LUBSACK, Theo — *A Manipulação do Espírito* — Editorial Estúdios Cor, Lisboa, 1972, 240 p.

MAGDOFF, Harry — *A Era do Imperialismo* — Portucalense Editora, Porto, 1972, 240 p.

MANDEL, Ernest — *A Resposta Socialista ao Desafio Americano* Editorial Estúdios Cor, Lisboa, 1972, 196 p.

MANTOY, Jacques — *Vocabulário Essencial da Picologia da Criança* — Moraes Editores, Lisboa, 1972, 240 p.

MARIE, Jean-Jacques — *Trotski e o Trotskismo* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1972, 146 p.

MARQUES, J. H. — *O Problema da Validade em Psicologia* — Edição da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, Lisboa, 1972, 31 p.

MAUS, Marcel — *Manual de Etnografia* — Editorial Pórtico, Lisboa, 1972, 280 p.

MELO, Romeu de — *A Evolução Humana* — Editorial Estúdios Cor, Lisboa, 1972.

MOURA, Francisco Pereira de — *Lições de Economia* — (3.ª edição) Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1972, 516 p.

NEE, Victor — *A Revolução Cultural na Universidade de Pequim* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1972, 182 p.

NIETZSCHE, Frederico — *Assim Falava Zaratustra* — Editorial Presença, Lisboa, 1972, 352 p.

NIZAN, Paul — *Os Materialistas da Antiguidade* — Editorial Estampa, Lisboa, 1972, 159 p.

OFFREDO, Jean — *O Sentido do Futuro* — Moraes Editores, Lisboa, 1972, 196 p.

PALLOIX, Christian — *A Economia Mundial de Iniciativa Privada* — Editorial Estampa, Lisboa, 1972, 2 volumes, 700 p.

PIAGET, Jean — *A Psicologia* — Livraria Bertrand, Lisboa, 1972, 148 p.

PIAGET, Jean — *Psicologia e Epistemologia: para uma teoria do conhecimento* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1972, 178 p.

PILLAR, Julieta — *A Distribuição Funcional dos Rendimentos* — INII (colecção «Estudos»), Lisboa, 1972, 20 p. copiografadas.

POULANTZAS, Nikos — *Fascismo e Ditadura* — Portucalense Editora, Porto, 1972, 2 volumes, 440 p.

POUNET, P. A. — *O Lançamento de um Sistema Informático de Gestão* — Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1972, 152 p.

PRADO COELHO, Jacinto — *Problemática da História Literária* — Ática Editora, Lisboa, 1972, 280 p.

REICH, Wilhelm — *Escuta Zé Ninguém* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1972, 112 p.

RICHEL, André — *Contribuição ao Estudo do Desenvolvimento Humano* — Editorial Estampa, Lisboa, 1972.

ROSAS, João Dias — *Rumos da Política Económica* — Edição do autor, Lisboa, 1972, 309 p.

SANGUINETTI, Eduardo — *Ideologia e Linguagem* — Portucalense Editora, Porto, 1972, 134 p.

SARTRE, Jean-Paul — *Esboço de uma Teoria das Emoções* — Editorial Presença, Lisboa, 1972, 137 p.

SÉDILLOT, René — *A B C da Economia* — Moraes Editores, Lisboa, 1972, 278 p.

SILVA, J. Guerra e SANTOS, Mário Cardoso dos — *Evolução da Produtividade do Trabalho entre 1953 e 1970* — INII, Produtividade, Lisboa, 1972, 58 p.

TAMAMES, Ramon — *Estrutura Económica Internacional* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1972, 434 p.

TOCQUEVILLE, Alexis — *A Democracia Americana* — Editorial Estudios Cor, Lisboa, 1972, 445 p.

VÁRIOS — *A Empresa* — Prelo Editora, Lisboa, 1972.

VÁRIOS — *A Indústria da Cultura* — Editora Meridiano, Lisboa, 1972, 259 p.

VÁRIOS — *A Imprensa* — Prelo Editora (colecção «Cadernos PEEP»), Lisboa, 1972, 78 p.

VILAR, Esther — *O Homem Subjugado* — Editorial Futura, Lisboa, 1972, 200 p.

WOODCOCK, George — *O Anarquismo* — Editora Meridiano, Lisboa, 1972, 520 p.